

REITORIA

Concurso Público – Carreira Docente

EDITAL Nº 001/GR-IFCE/2011

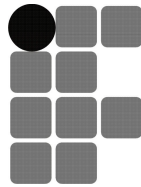
O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE), considerando o teor do Decreto nº 7.312/2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010, torna pública a abertura da inscrição para o Concurso Público de Provas e Títulos visando ao provimento do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008, com o objetivo de preencher o Quadro de Pessoal deste instituto, sob o Regime Jurídico Único, aprovado pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas alterações posteriores, as legislações pertinentes e demais regulamentações conforme estabelecido neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. O concurso público será realizado pela Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE, situada à Av. 13 de Maio, 2081 – Benfica, em Fortaleza/CE.
- 1.2. O provimento se dará em vagas de acordo com as Áreas de Estudo relacionadas no Anexo I deste Edital.
- 1.3. A Diretoria de Gestão de Pessoas nomeará as bancas examinadoras deste certame.
- 1.4. São consideradas atividades próprias do pessoal docente: as relacionadas ao ensino, notadamente, a ministração de aulas na área das disciplinas para qual prestou concurso; as relacionadas à pesquisa; as que se estendam à comunidade sob a forma de cursos e serviços especiais; as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.
- 1.5. Fica estabelecido o “fuso” de Fortaleza-CE como horário oficial de referência para todas as alusões contidas neste Edital.
- 1.6. Todas as fases do presente concurso serão realizadas na cidade de Fortaleza/CE.

2. DAS INSCRIÇÕES:

- 2.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o teor do Edital, disponível no sítio www.ifce.edu.br, e certificar-se de que preenche todos os requisitos nele expressos.
- 2.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital e sua tácita aceitação, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 2.3. O candidato deve imprimir o Edital regulador deste concurso, disponível no sítio www.ifce.edu.br.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CEARA

2.4. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.ifce.edu.br, no período compreendido entre 8 horas do dia **12/12/2011** até às 17 horas do dia **23/12/2011**.

2.5. Para inscrever-se, **o candidato deve acessar o endereço eletrônico www.ifce.edu.br**, durante o período definido no item 2.4. e efetuar a inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

a) Preencher o requerimento de inscrição, informando, obrigatoriamente, o CPF e transmitir os dados via *internet*;

b) Imprimir o boleto bancário eletrônico e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de **R\$ 70,00 (setenta reais)**, em qualquer agência bancária ou lotérica, até a data limite do encerramento das inscrições.

2.6. No momento da inscrição, o candidato deve optar apenas por uma Área de Estudo, visto que a prova escrita para todas as Áreas de Estudo será no mesmo dia e horário. Caso seja constatado mais de um requerimento de inscrição, por CPF, será confirmado somente o último.

2.7. Uma vez confirmada a inscrição, não será admitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

2.8. Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelo Ministério da Defesa, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc); passaporte brasileiro (ainda válido); Carteira do Trabalho e Previdência Social; carteiras funcionais expedidas pelo Ministério Público, Magistratura, ou por órgão público que, amparados por lei federal, valem como identidade; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto, obedecendo ao período de validade).

2.9. Não serão aceitos como documentos de identidade: certificado de reservista, boletim de ocorrência policial, certidão de nascimento ou casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação (modelo antigo ou modelo novo com período de validade vencido), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documento ilegível, não identificável ou danificado.

2.10. A inscrição efetuada será confirmada somente após a comprovação do pagamento da taxa e do correto preenchimento do requerimento de inscrição.

2.11. O pagamento com cheque será confirmado somente após a compensação bancária; se o cheque tiver sido devolvido, a inscrição será indeferida.

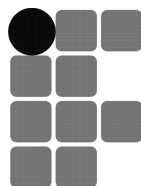
2.12. Será considerado inscrito o candidato que tiver seu requerimento de inscrição confirmado, na forma do item 2.10. deste Edital, **devendo certificar-se do deferimento no dia 11/01/2012**, mediante consulta ao sítio www.ifce.edu.br.

2.13. O candidato cujo inscrição não for deferida, poderá regularizar sua situação nos dias **12 e 13/01/2012**, junto a CGSC.

2.14. O IFCE não se responsabiliza por requerimento de inscrição não recebido via *internet* por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão do boleto bancário.

2.15. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros ou para outros concursos/seleções.

2.16. Em nenhuma hipótese será devolvida a importância paga, relativa à taxa de inscrição.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CEARA

2.17. Não será aceito requerimento de inscrição por via postal, fax, correio eletrônico, condicional, extemporâneo nem em desacordo com as normas deste Edital.

2.18. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o IFCE, no caso de dados incorretos, incompletos ou inverídicos, mesmo que constatados *a posteriori*, do direito de excluir o candidato deste concurso público e declarar nulos os atos praticados em decorrência da inscrição, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

2.19. Em hipótese alguma, o candidato poderá realizar provas sem que o seu requerimento esteja previamente confirmado.

3. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. O IFCE obedecendo ao que preceitua o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no DOU de 3/10/2008, prevê a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

- a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e
- b) For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

3.2. Os pedidos de isenção da taxa de inscrição poderão ser feitos no dia **12/12/2011**, mediante requerimento padrão:

- a) dirigido à Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE, protocolizado no endereço citado no item 1.1;
- b) ou ainda protocolizado em qualquer *campus* do IFCE.

3.3. Para a solicitação de isenção de taxa, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

- a) Imprimir o requerimento que está disponível no sítio www.ifce.edu.br;
- b) apresentar declaração de que atende a alínea “b” do item 3.1. deste Edital.

3.4. Não será aceita a documentação, se entregue após a data especificada no subitem 3.2.

3.5. O IFCE consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.6. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10º do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.7. A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de taxa de inscrição será divulgada no dia **14/12/2011**, pelo sítio www.ifce.edu.br.

3.8. Os candidatos beneficiados com a isenção da taxa deverão efetuar a inscrição procedendo conforme especificado no subitem 2.5., alínea “a”.

3.9. No caso de indeferimento do pedido de isenção, o candidato que desejar participar do certame deverá proceder de acordo com o subitem 2.5.

4. DAS VAGAS DESTINADAS A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1. Em cumprimento ao que consta dos seguintes dispositivos: a) art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal; b) § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/90; c) Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; d) Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas ofertadas para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para os candidatos portadores de deficiência que deverão escolher a Área de Estudo a que pretendem concorrer, devendo ser observada a compatibilidade entre as atribuições do cargo de professor com a deficiência declarada.

4.2. Somente serão consideradas portadoras de deficiência as pessoas que se enquadrarem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto nº 3.298/99.

4.3. As necessidades especiais, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas relativamente ao cargo pretendido.

4.4. Obedecendo ao período de inscrição, o candidato portador de deficiência que deseje concorrer nesta condição deverá enviar à Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE - Av. 13 de Maio, 2081, Benfica, Fortaleza/CE - CEP 60.040-531, laudo médico atestando a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao Código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

4.5. O candidato que pretenda concorrer à reserva de vagas para portador de deficiência e que, no período das inscrições, não tenha informado sua condição, não poderá fazê-lo posteriormente, sendo considerado como não portador de deficiência e, consequentemente, concorrerá às vagas gerais.

4.6. Para a decisão de deferimento ou indeferimento das inscrições para os candidatos que pleiteiam concorrer às vagas na condição de pessoas portadoras de deficiência, serão levados em consideração somente os documentos apresentados por ocasião da inscrição.

4.7. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas portadoras de deficiência, será divulgada no dia **11/01/2012**.

4.8. O candidato portador de deficiência, ressalvadas as condições especiais previstas neste Edital, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.9. Se classificado, o candidato portador de deficiência será avaliado por Equipe Multiprofissional para comprovação da deficiência e da aptidão para o exercício do cargo pretendido, considerando-se o disposto nos Artigos 4º e 43 do Decreto nº 3.298/99.

4.10. Para fins da avaliação de que trata o subitem anterior, o candidato será convocado uma única vez; o não comparecimento caracterizará a sua desistência da condição de concorrente às vagas de portador de deficiência.

4.11. Caso o candidato tenha sido qualificado pela Equipe Multiprofissional como portador de deficiência considerada incompatível para o exercício das atribuições do cargo, indicadas no subitem 1.4. deste Edital, este será considerado INAPTO e, consequentemente, reprovado no concurso para todos os efeitos.

4.12. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada, ainda, durante o estágio probatório, na forma estabelecida no § 2º do art. 43 do Decreto n. 3.298/99.

4.13. Após a investidura do candidato portador de necessidades especiais, a deficiência não poderá ser argüida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação, visto que deve ser compatível com o exercício do cargo.

4.15. Do total de vagas disponibilizadas neste Edital, 10 (dez) vagas serão destinadas aos candidatos portadores de necessidades especiais.

4.16. Para fins de homologação do resultado final serão classificados os candidatos portadores de deficiência até o limite estabelecido no Anexo I do Decreto nº 6.944/2009, considerando as vagas ofertadas para a cada área de estudo.

4.17. Para provimento das vagas reservadas nos termos do subitem 4.15, será elaborada listagem própria, em ordem decrescente de notas, contendo os candidatos que obtiveram

a maior nota dentre os portadores de deficiência para a área de estudo que tenha concorrido. Os candidatos portadores de deficiência serão nomeados observada a ordem de classificação estabelecida na referida listagem, até o preenchimento do quantitativo de vagas reservadas nos termos do presente Edital.

4.18. Os candidatos portadores de deficiência se habilitados e classificados, terão seus nomes publicados em lista mencionada no subitem 4.16, podendo, ainda figurar na lista geral de classificação, desde que atendido o critério estabelecido no Anexo I do Decreto 6.944/2009.

4.19. Para as áreas de estudo onde tenha sido ofertada mais de uma vaga, será nomeado o candidato classificado em primeiro lugar para a respectiva Área de Estudo na lista de classificação geral. Caso o candidato nomeado não seja portador de deficiência, a segunda vaga deverá ser provida com candidato portador de deficiência constante da listagem mencionada no subitem 4.17.

4.20. Caso tenha sido ofertada apenas uma vaga para a Área de Estudo, o candidato portador de deficiência classificado dentre os 10 (dez) primeiros candidatos constantes da listagem mencionada no subitem 4.17 terá preferência sobre os demais candidatos da classificação geral quando do provimento da vaga.

4.21. A vaga reservada e não ocupada por candidato portador de deficiência será preenchida por candidato sem deficiência, com estrita observância da ordem da classificação geral.

4.22. No provimento de vagas além das ofertadas no Anexo I do presente Edital, o IFCE convocará 01 (um) candidato portador de deficiência para cada 10 (dez) novas vagas autorizadas, considerando a ordem de classificação da listagem de que trata o subitem 4.17 e desde que a Área de Estudo demandada pelo *campus* seja a mesma dos candidatos portadores de deficiência classificados.

4.23. Caso o candidato portador de deficiência não atenda ao perfil exigido no item anterior, será mantida sua colocação na listagem mencionada no subitem 4.17.

5. ATENDIMENTO ESPECIAL

5.1. O candidato portador de necessidades especiais poderá, caso necessário, ainda no período de inscrição, requerer tratamento diferenciado para realização das provas do concurso, na forma do subitem seguinte.

5.2. Para solicitar o tratamento diferenciado, o candidato portador de necessidades especiais deverá protocolizar em qualquer dos *campi* ou enviar pelo correio (via SEDEX ou AR) para a Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE, Av. Treze de Maio, 2081, Benfica, CEP 60.040-531-Fortaleza-CE, a seguinte documentação:

a) requerimento especificando as condições especiais para a realização das provas;
b) laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código a ela correspondente conforme Classificação Internacional de Doença (CID) bem como a provável causa da deficiência.

5.3. O requerimento de tratamento diferenciado será atendido obedecendo-se à previsão legal e aos critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado ao candidato o resultado da análise de seu pedido.

5.4. O portador de necessidades especiais que não requerer atendimento especial até o prazo estabelecido no item 5.1., ficará impossibilitado de realizar provas em condições especiais.

5.5. A candidata que estiver amamentando poderá requerer atendimento especial, mediante requerimento protocolizado, nos termos do item 5.2., **durante o período de inscrição constante no item 2.4 deste edital** e, em caso de deferimento, será

disponibilizada uma sala onde a criança ficará acompanhada de um responsável devidamente identificado pela candidata.

6. DA ESTRUTURA DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. Este concurso público será realizado em 03 (três) fases:

- a) Prova Escrita (eliminatória e classificatória);
- b) Prova de Desempenho Didático (eliminatória e classificatória);
- c) Prova de Títulos (classificatória).

6.2. A cada uma das etapas será atribuída uma pontuação de zero a cem pontos.

7. DAS PROVAS

7.1. Da Prova Escrita

7.1.1. A Prova Escrita conterá 05 (cinco) questões discursivas, que versarão sobre o conteúdo programático de cada Área de Estudo (Anexo II) e valerá até 100 (cem) pontos.

7.1.2. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do início da prova, **munido do documento oficial de identidade (o mesmo informado na inscrição) caneta esferográfica (tinta azul), lápis, borracha e/ou demais materiais**, se solicitados por ocasião da divulgação do local de prova no sítio www.ifce.edu.br.

7.1.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, o documento de identidade exigido no item 7.1.2., por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência de órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, e portar qualquer outro documento oficial de identidade, listado no item 2.8. deste Edital.

7.1.4. O candidato que não apresentar documento oficial de identidade não realizará as provas, observados os itens 7.1.2. e 7.1.3. deste Edital.

7.1.5. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura.

7.1.6. Não será permitido ao candidato entrar no local de realização das provas, após o fechamento dos portões.

7.1.7. A partir de **26/01/2012**, estará disponível no sítio www.ifce.edu.br o cartão de identificação, para impressão pelo próprio candidato, constando o local de realização da prova escrita.

7.1.8. **A prova escrita será no dia 29/01/2012**, em Fortaleza/CE, com início às 9h, e terá duração de 4 (quatro) horas.

7.1.8.1. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a presença de pessoas não autorizadas ou alheias ao concurso no estabelecimento onde se realize a prova.

7.1.9. Durante a realização desta prova, não será permitido ao candidato, dentro da sala de aula, portar os objetos abaixo especificados, sob pena de ser sumariamente excluído do concurso:

a) arma, máquina calculadora (também em relógios) agenda eletrônica ou objeto similar, telefone celular, *bip*, *walkman*, *page*, *notebook*, *palm top*, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro transmissor/receptor de mensagem;

b) boné ou similar, bolsa, livro, jornal, manual impresso ou de anotações.

7.1.10. Sob pena de sua desclassificação no certame, o candidato só poderá retirar-se definitivamente, da sala de prova, uma hora após o seu início e, na hipótese de ausentar-se temporariamente, para eventual necessidade, deverá ser acompanhado de balizador.

7.1.11. Durante a realização da prova escrita, não será permitida qualquer forma de consulta, salvo a utilização de material, definido pela banca examinadora, e informado por ocasião da divulgação do local de prova no sítio www.ifce.edu.br.

7.1.12. Não será atribuído valor à questão que estiver com respostas escritas a lápis ou a caneta que não seja da cor azul.

7.1.13. Salvo o preenchimento do campo obrigatório constante do picote da folha de rosto do caderno de prova, qualquer identificação do candidato na prova escrita implicará sua desclassificação no concurso.

7.1.14. O não comparecimento do candidato na data, local e horário pré-determinados para a realização da prova, qualquer que seja a alegação, implicará a eliminação automática do candidato.

7.1.15. Também será sumariamente eliminado o candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento qualquer, venha a vibrar ou tocar, emitindo sons de chamada, despertador, etc.

7.1.16. O candidato que for flagrado, utilizando aparelhos de comunicação nas áreas de circulação e acesso às salas de prova, será convidado a se retirar do ambiente e, se não atender, será eliminado do Concurso.

7.1.17. A Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

7.1.18. Após o término das provas, o candidato deverá retirar-se, imediatamente, das dependências da instituição.

7.1.19. Nos momentos finais da prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos a tenham terminado, de forma que se retirem ao mesmo tempo, após assinarem os três a Ata de Prova.

7.1.20. O resultado da prova escrita será divulgado no *sítio* do IFCE.

7.2. Da Prova de Desempenho Didático

7.2.1. A Prova de Desempenho Didático consiste em uma aula de 50 (cinquenta) minutos, perante banca examinadora e se destina a apurar o conhecimento e a capacidade didático-pedagógica do candidato.

7.2.2. Prestarão a Prova de Desempenho Didático, os oito primeiros candidatos que obtiverem a nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na Prova Escrita, na proporção de oito candidatos para cada vaga oferecida por Área de Estudo, obedecendo-se à ordem decrescente de classificação. Em caso de empate na última colocação, farão a Prova de Desempenho Didático os candidatos que obtiverem esta classificação.

7.2.3. As provas de desempenho serão gravadas para efeito de registro e avaliação, em atendimento ao art. 13, §3º, do Decreto No 6.944/2009.

7.2.4. Versará sobre os itens constantes nos CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS de cada Área de Estudo (Anexo II).

7.2.5. A Prova de Desempenho terá valor máximo de 100 (cem) pontos, e, após a análise e apreciação do desempenho do candidato pela banca, será registrada a nota final obtida pela média aritmética das notas individuais emitidas pelos avaliadores.

7.2.6. O **calendário da Prova de Desempenho Didático**, no qual constará o dia e a hora do sorteio do ponto, **será divulgado no sítio** www.ifce.edu.br.

7.2.7. O calendário da prova de desempenho obedecerá à ordem de classificação das notas dos candidatos na prova escrita.

7.2.8. O sorteio do ponto será realizado vinte e quatro horas antes da Prova de Desempenho Didático, admitindo-se tolerância de quarenta e cinco minutos.

7.2.9. Serão avaliados nesta prova os seguintes fatores: plano de aula, condução da aula, domínio de conteúdo, procedimentos e recursos didáticos utilizados, avaliação e duração da aula.

7.2.10. O candidato deverá apresentar-se, para a Prova de Desempenho Didático, portando o documento oficial de Identidade (o mesmo informado na inscrição) e o plano de aula, em três vias (modelo do plano de aula disponível no sítio www.ifce.edu.br).

7.2.11. Não será permitida a presença, no recinto da prova, dos demais candidatos e de pessoas não previstas no item 7.2.1., podendo, no entanto, ter a participação de alunos do IFCE.

7.2.12. Para as Áreas de Estudo de língua estrangeira, as provas de desempenho deverão ser ministradas na língua correspondente aos respectivos códigos. Os planos de aula deverão ser apresentados em língua portuguesa.

7.2.13. Durante a Prova de Desempenho é vedada qualquer tipo de arguição por parte da banca examinadora.

7.2.14. Será habilitado na Prova de Desempenho Didático o candidato que obtiver, no mínimo, (60) sessenta pontos.

7.2.15. Caso o candidato não possa comparecer ao ato de sorteio do ponto da Prova de Desempenho Didático, poderá enviar um representante, munido de autorização escrita, especificamente para este fim, com cópia do documento oficial de identidade de ambos.

7.2.16. O candidato que não comparecer ou não mandar representante ao sorteio do ponto será eliminado do concurso.

7.2.17. As Provas de Desempenho Didático se realizarão **no período a ser divulgado no sítio www.ifce.edu.br**, podendo incluir sábado e domingo.

7.2.18. Para a realização da prova de desempenho didático somente será disponibilizado quadro branco com marcador. Outros recursos didáticos serão de total responsabilidade do candidato.

7.2.19. O resultado da prova de desempenho será divulgado no **sítio www.ifce.edu.br**.

7.3. Da Prova de Títulos:

7.3.1. Somente se submeterão à Prova de Títulos os candidatos habilitados na Prova de Desempenho Didático.

7.3.2. A Prova de Títulos consistirá na análise dos títulos apresentados pelos candidatos, conforme o item 7.3.18. deste Edital.

7.3.3. Os títulos a ser avaliados deverão ser entregues **em ENVELOPE LACRADO**, com identificação do candidato e de sua Área de Estudo, acompanhado do formulário de entrega de títulos, disponível no sítio do IFCE, dirigido à Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE, **no período a ser divulgado no sítio do IFCE**, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, no endereço constante do item 1.1.

7.3.4. Não será considerada, em hipótese alguma, a anexação ou substituição de qualquer documento fora do período estabelecido para a entrega de títulos.

7.3.5. Para efeito de pontuação cada título será considerado, uma única vez.

7.3.6. Será atribuída nota zero ao candidato que não entregar seus títulos na forma, no período e no local estabelecido neste Edital, não caracterizando, porém, este fato sua eliminação do certame.

7.3.7. Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos os títulos entregues por terceiros, mediante apresentação de procuração simples do interessado, acompanhada de fotocópia do documento de identidade do procurador e do candidato.

7.3.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato da entrega dos títulos bem como a entrega dos títulos na data prevista

neste Edital, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

7.3.9. A comprovação da conclusão de curso de pós-graduação será feita por certificado ou diploma expedido por Instituição de Ensino Superior, constando que o candidato é detentor do título de Especialista, Mestre ou Doutor; e em caso de conclusão de curso em instituição estrangeira, devidamente revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.

7.3.10. Para ser atribuída a pontuação relativa ao exercício profissional ou especificamente de magistério, o candidato deverá entregar cópia autenticada em cartório do diploma de graduação e documento que se enquadre, em uma das alíneas abaixo:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) incluída a folha de identificação, onde constem número e série, a folha de contrato de trabalho, informando a função e o período (dia, mês e ano) e discriminando o início e o fim do contrato;
- b) Cópia de certidão ou declaração, no caso de órgão público, que informe o período (dia, mês e ano) discriminando o início e o fim;
- c) Cópia do contrato de prestação de serviços voluntário ou remunerado (demonstrando claramente o período de validade do contrato) e acompanhado de documento atualizado que comprove a vigência do citado contrato.

7.3.11. Será considerado como comprovante de exercício profissional, o tempo de serviço decorrente das atividades de orientação de projetos de pesquisa (bolsista orientador) financiados por agências de fomento.

7.3.12. Não serão aceitas, como comprovante de exercício profissional ou especificamente de magistério, as atividades exercidas antes da data de colação de grau do curso de graduação, o tempo de estágio, de bolsa de estudo, de monitoria ou outras atividades equivalentes.

7.3.13. Não serão computados, duplamente, os pontos relativos a títulos que especifiquem tempo de serviço de magistério concomitante.

7.3.14. Não serão computados, duplamente, os pontos relativos a títulos que especifiquem tempo de serviço de exercício profissional concomitante.

7.3.15. Os títulos em língua estrangeira somente serão pontuados se traduzidos por tradutor público juramentado.

7.3.16. Caso o título entregue esteja em desacordo com as normas deste Edital, será desconsiderado pela comissão examinadora.

7.3.17. Os títulos deverão ser entregues, seguindo, rigorosamente, a ordem prevista no subitem 7.3.18.

7.3.18. Para efeito da Prova de Títulos, os valores a ser atribuídos, no total de até 100 (cem) pontos, serão os seguintes:

- a) Cópia, autenticada em cartório, do diploma de Curso de Doutorado, reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação ou Conselho Estadual de Educação, na área, objeto do concurso, ministrado por Instituição de Ensino Superior e, quando estrangeiro, devidamente revalidado, 24 (vinte e quatro) pontos;
- b) Cópia, autenticada em cartório, do diploma de Curso de Mestrado reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação ou Conselho Estadual de Educação, na área, objeto do concurso, ministrado por Instituição de Ensino Superior e, quando estrangeiro, devidamente revalidado, 18 (dezoito) pontos;
- c) Cópia, autenticada em cartório, do certificado de Curso de Especialização, em nível de Pós-Graduação *lato sensu*, na área, objeto do concurso, ministrado por Instituição de Ensino Superior e, quando estrangeiro, devidamente revalidado, 8 (oito) pontos;

d) Cópias, autenticadas em cartório, dos documentos que comprovem o exercício do magistério em instituições de ensino público ou privado, por ano ou fração superior a seis meses, equivalente a 4 (quatro) pontos por cada ano, até o limite de 40 (quarenta) pontos, contados a partir da data da graduação;

e) Cópias, autenticadas em cartório, dos documentos que comprovem o exercício especificamente profissional na área, objeto do concurso, por ano ou fração superior a seis meses, equivalente a 2 (dois) pontos por cada ano, até o limite de 10 (dez) pontos, contados a partir da data da graduação;

7.3.19. O resultado da Prova de Títulos será disponibilizado no sítio www.ifce.edu.br.

7.3.20. Os documentos comprobatórios dos títulos serão restituídos aos candidatos, após trinta dias da homologação do resultado do Concurso e poderão ser retirados pelo candidato na Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos do IFCE, em Fortaleza/CE.

7.3.21. Após sessenta dias do prazo estabelecido no subitem anterior, os títulos não retirados serão incinerados.

8. DOS RECURSOS:

8.1. Facultar-se-á ao candidato a interposição de recurso, quanto aos aspectos objetivos ou legais, passíveis de ser anulados, nos períodos a ser definidos quando da divulgação do resultado das respectivas provas, dirigido à Coordenadoria Geral de Seleção e Concurso (CGSC) do IFCE, mediante requerimento (modelo disponível no sítio do IFCE) devidamente fundamentado e protocolizado no endereço constante do item 1.1.

8.2. Para fins de fundamentação do recurso, será admitida vista da prova escrita e o acesso ao detalhamento das notas das provas de desempenho e de títulos, precedidos de requerimento do candidato, dirigido à Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE, no período a ser divulgado no sítio do IFCE, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, no endereço constante do item 1.1., ou no setor de protocolo de qualquer um dos campi, em que será agendado um horário para cada requerente.

8.3. Considera-se nula, a prática de ato ou procedimento administrativo que esteja em desacordo com as normas deste Edital ou com a legislação vigente.

8.4. Não serão apreciados os recursos intempestivos e sem fundamentação técnica ou que não guardem relação com o objeto deste concurso.

8.5. Não serão aceitos os recursos interpostos via fax, telegrama, *Internet* ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.6. A resposta ao recurso será divulgada no sítio www.ifce.edu.br, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de interposição, podendo haver ou não, alteração da pontuação, para mais ou para menos, a critério da banca examinadora da prova. Após a divulgação deste resultado, o interessado poderá recebê-la na Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE.

8.7. Em caso de nulidade de algum item ou questão, todos os candidatos ganharão os pontos respectivos.

9. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL:

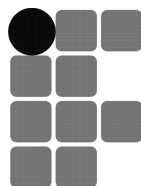
9.1. A nota final dos candidatos será obtida pela média ponderada das três provas, considerando-se os seguintes pesos:

a) Prova Escrita: peso 2;

b) Prova de Desempenho Didático: peso 2;

c) Prova de Títulos: peso 1.

9.2. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos, terá preferência, para efeito de desempate, o candidato que:



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CEARÁ

- a) tiver idade igual ou superior a **sessenta anos**, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), adotando-se a seguinte sequência de paridade: ano/mês/dia;
- b) obtiver maior nota na Prova de Desempenho Didático;
- c) obtiver maior nota na Prova Escrita;
- d) obtiver maior pontuação na alínea “d” do subitem 7.3.18., referente ao tempo de exercício no magistério;
- e) obtiver a maior nota no quesito, “Domínio de Conteúdo da Prova de Desempenho Didático”;

9.3. A classificação será por código de Área de Estudo, em ordem decrescente de nota final obtida pelo candidato, de acordo com as vagas existentes no presente Edital.

9.4. Serão considerados aprovados somente os candidatos classificados até o número máximo de que trata o Anexo II do Decreto Federal 6.944/09.

9.4.1. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto Federal 6.944/09, ainda que tenham atingido nota mínima estarão automaticamente reprovados no concurso público, salvo se empatados na última classificação.

9.5. O resultado final do Concurso será publicado no Diário Oficial da União, respeitada a ordem de classificação dos aprovados.

10. DO PRAZO DE VALIDADE:

10.1. O concurso terá validade de um ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo a validade ser prorrogada, por igual período, mediante ato próprio da autoridade competente.

11. DO REGIME JURÍDICO, DO REGIME DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO:

11.1. Os candidatos serão nomeados para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará nos *campi* constantes do Anexo I, sob o regime jurídico da Lei n.º 8.112/90, alterada pela Lei n.º 9.527, de 10/12/97.

11.2. O regime de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e os turnos serão estabelecidos pela administração do *Campus* no qual o candidato for nomeado.

11.3. A nomeação ocorrerá no Nível 01 da Classe D-I, da respectiva Carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nos termos da Lei n.º 11.784/2008, conforme Anexo III.

12. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO:

12.1. O candidato aprovado no concurso público de que trata este Edital somente será investido no cargo, se atendidas as seguintes exigências:

- a) possuir a habilitação exigida na Área de Estudo, conforme Anexo I;
- b) gozar dos direitos políticos;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais;
- d) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, se candidato do sexo masculino;
- e) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, parágrafo único, da Lei 8.112/90;
- f) ter idade mínima de 18 anos, completos na data da investidura;

g) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, ainda, no caso de estrangeiro, estar com situação regular no país, por intermédio de visto permanente que o habilite, inclusive, a trabalhar no território nacional. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, de acordo com o Decreto nº 70.436/72;

h) comprovar regularidade de acumulação de cargo de acordo com o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, bem como a compatibilidade, observando-se a carga horária máxima de 60 (sessenta) horas semanais;

i) apresentar atestado de aptidão física e mental emitido por médico do IFCE, mediante exames médicos solicitados pela Coordenadoria de Serviço de Saúde;

j) apresentar documentos que se fizerem necessários, na época da posse.

13. DO APROVEITAMENTO DO CANDIDATO

13.1. A classificação no concurso assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando este ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, bem como ao interesse e conveniência do serviço público, atendidos o prazo de validade do certame, a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária do IFCE.

13.2. Para efeito de nomeação e obedecendo-se à ordem de classificação por Área de Estudo, os candidatos aprovados no presente concurso serão convocados para realizar a opção de *campus* de lotação conforme quadro de vagas do Anexo I deste Edital.

13.3. Havendo mais de uma vaga para a mesma Área de Estudo, destinadas a *campi* diferentes, terá preferência de opção por *campus* de lotação o candidato de maior nota, considerados os candidatos portadores e não portadores de deficiência.

13.4. Quando da convocação de que tratam os subitens 13.2 e 13.3, o candidato deverá assinar o termo de opção de *campus* de lotação no prazo de até 3 (três) dias corridos, contado a partir da convocação feita por meio de telegrama enviado pelo setor de recursos humanos do IFCE.

13.5. No caso de novas autorizações de provimento, os candidatos classificados além das vagas serão convocados para nomeação, obedecendo-se o disposto nos subitens 13.2 a 13.4 do presente Edital.

13.6. A desistência expressa ou a ausência de opção tempestiva acarretarão a exclusão do candidato do certame, não havendo direito a posicionamento no final da lista homologada no Diário Oficial da União, restando ao IFCE promover a convocação de candidato habilitado, respeitada a ordem de classificação.

13.7. No caso de alteração de dados pessoais, o candidato deverá comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas, mediante documento protocolizado em qualquer dos *campi*.

13.8. Por necessidade do ensino e de acordo com a especialidade e o aceite do candidato habilitado, este poderá ser remanejado para outra Área de Estudo.

13.9. Ainda no interesse da Administração e também do candidato, este poderá ser nomeado em outra Instituição Federal de Ensino.

13.10. Caso o candidato não aceite ser nomeado nos termos dos subitens 13.8 e 13.9 deste Edital, fica assegurada sua classificação na Área de Estudo para a qual prestou concurso, mediante assinatura do termo respectivo.

13.11. Para o atendimento do requisito constante na alínea “a”, item 12.1, do presente Edital e observada a Área de Estudo em que o candidato reste classificado, serão considerados cursos superiores em tecnologia que tenham sido transformados conforme a correspondência estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação.

13.12. A correspondência entre a formação do candidato e o curso resultante de sua transformação, conforme estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação, será devidamente atestada pela Pró-Reitoria de Ensino do IFCE.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste Edital, a Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando a garantir a participação igualitária de todos os candidatos.

14.2. Não serão aceitos pedidos de segunda chamada para qualquer uma das provas, nem para a realização de prova fora do horário e local estabelecidos neste Edital.

14.3. A critério da administração do *Campus* de lotação, o candidato nomeado poderá ainda ministrar aulas em disciplinas correlatas à Área de Estudo a qual prestou concurso e desde que contempladas na sua formação acadêmica.

14.4. Durante o certame, não haverá contato com o candidato, seja por *e-mail*, telefone ou correio, admitindo-se somente a comunicação por meio de expedientes publicados no sítio www.ifce.edu.br, que o candidato deverá acessar para obter as informações necessárias.

14.5. O IFCE divulgará em sua página na *internet*, sempre que necessário, avisos oficiais e normas complementares ao presente Edital.

14.6. Além das demais previsões estabelecidas neste Edital, será excluído, por decisão da Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE, o candidato que:

a) durante a realização da Prova Escrita for surpreendido em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

b) utilizar ou tentar usar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do concurso;

c) faltar à prova escrita ou de desempenho didático;

d) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar e fiscalizar o presente concurso.

14.7. A Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE não informará notas ou resultados por telefone, devendo o candidato consultar o sítio www.ifce.edu.br ou comparecer pessoalmente ao endereço constante do item 1.1.

14.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria Geral de Seleção e Concursos (CGSC) do IFCE.

Fortaleza, 30 de novembro de 2011.

CLAUDIO RICARDO GOMES DE LIMA
Reitor do IFCE